

PANORAMA DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS DE EXPORTAÇÃO DO TOCANTINS: SOJA E CARNE

Cid Olival Feitosa¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar um panorama das atividades agropecuárias de exportação do estado do Tocantins, especificamente, soja e carne. Para isto, foi realizada uma ampla revisão da literatura e o levantamento de dados secundários sobre as atividades citadas, a partir das informações constantes da Produção Agrícola Municipal, da Produção Pecuária Municipal e dos Censos Agropecuários, todos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conclui-se que a moderna agricultura de grãos e a pecuária de corte para exportação possuem significativa importância para a economia tocantinense, mas também contribuem para agravar alguns problemas econômicos e sociais, como a concentração fundiária, a degradação ambiental e a expulsão do meio rural de pequenos produtores e de populações tradicionais.

Palavras-chave: Agronegócio. Fronteira agrícola. Tocantins.

OVERVIEW OF TOCANTINS AGRICULTURAL EXPORT ACTIVITIES: SOY AND MEAT

Abstract: The present article aims to present an overview of Tocantins agricultural export activities, specifically, soy and meat. For this, a broad review of the literature and the collection of secondary data on the cited crops were carried out, based on the information contained in the Municipal Agricultural Production, the Municipal Livestock Production and the Agricultural and Livestock Censuses, all of Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). It is concluded that modern grain agriculture and export beef cattle have significant importance for the Tocantins' economy, but also contribute to aggravate some economic and social issues, such as land concentration, environmental degradation and expulsion of small producers and traditional populations from rural areas.

Keywords: Agribusiness. Agricultural frontier. Tocantins.

PANORAMA DE LA PRODUCCIÓN AGROPECUARIA DE EXPORTACIÓN DEL TOCANTINS: SOYA Y CARNE

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo presentar un panorama de la producción agropecuaria de exportación del estado de Tocantins, específicamente de soya y carne. Para eso, fue realizada una amplia revisión de la literatura y el levantamiento de datos secundarios sobre la producción de estos alimentos, a partir de las informaciones constantes de la Producción Agrícola Municipal, de la Producción Pecuaria Municipal y de los Censos Agropecuarios, todos del Instituto

¹ Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEAC, Maceió/AL, Brasil, cid.feitosa@feac.ufal.br, <https://orcid.org/0000-0002-7436-5729>

Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE). Se concluye que la moderna agricultura de granos y la producción de cortes de carne para exportación poseen gran importancia para la economía tocantinense, pero también contribuyen para agravar algunos problemas económicos y sociales, como la concentración de latifundios, la degradación ambiental y la expulsión del medio rural de pequeños productores y de las poblaciones tradicionales.

Palabras clave: Agronegocio. Frontera agrícola. Tocantins.

Introdução

O atual estado do Tocantins foi oficialmente criado com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, através do Artigo 13, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que desmembrou do estado de Goiás uma área de 277.620 km² para originar a nova unidade da federação.

Sua formação histórica, política, econômica e social, contudo, data do primeiro quartel do século XVIII, quando do desenvolvimento da mineração no antigo norte goiano, substituída pela atividade pecuária, que assumiu um papel de ponta na expansão da fronteira tocantinense. No entanto, até a primeira metade do século XX, a economia tocantinense esteve pouco integrada à dinâmica produtiva nacional. Somente após a construção da rodovia Belém-Brasília, o Tocantins tornou-se área de expansão de fronteira agropecuária, alinhando-se ao processo de modernização da agricultura brasileira. Deste modo, a partir da década de 1970 e, principalmente, após os anos 1990, o que se observou foi uma expressiva expansão da atividade pecuária e da produção de grãos, principalmente a soja, para exportação.

Diante desses elementos, o presente artigo tem como objetivo analisar as duas principais atividades agropecuárias de exportação do Tocantins, quais sejam, soja e carne bovina. Para isso, foi feita uma ampla revisão da literatura e o levantamento de dados secundários sobre as atividades agropecuárias do estado, através dos Censos Agropecuários, da Produção Agrícola Municipal e da Produção Pecuária Municipal, todos do IBGE. Um dos elementos que norteou a investigação foi como o Tocantins se inseriu, ao longo da história, na dinâmica produtiva nacional e qual a importância dessas duas atividades para a economia estadual.

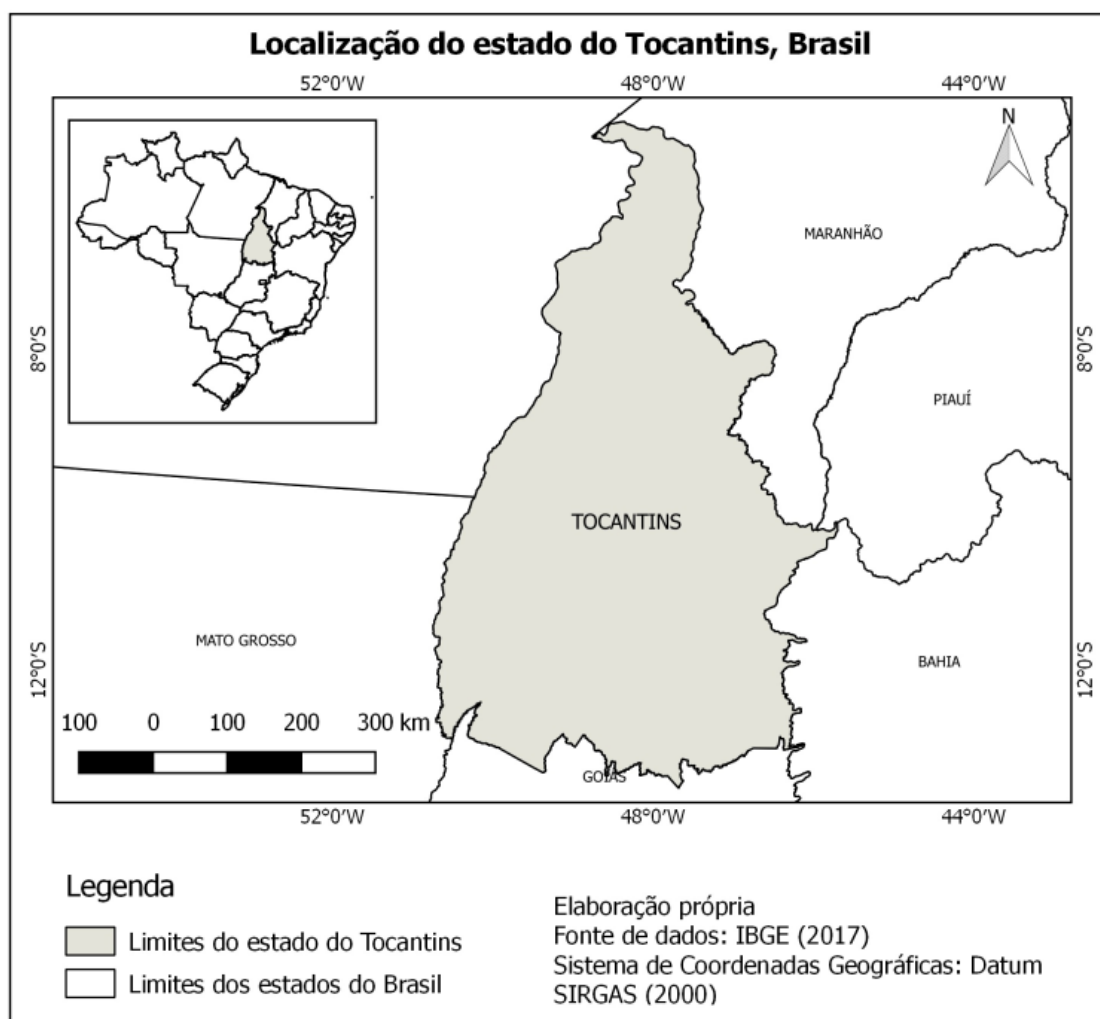
Além desta introdução, o artigo está dividido em seis seções. Na primeira seção, apresenta-se uma síntese do processo de formação histórica do Tocantins, ainda quando a região pertencia ao estado de Goiás; em seguida, procede-se à análise da importância da intervenção estatal para a integração do Tocantins à

dinâmica produtiva nacional, transformando-o em área de expansão de fronteira agropecuária. Na seção três, apresenta-se um panorama da agropecuária tocaninense, visando entender a dinâmica produtiva do estado. A seção quatro é dedicada às duas principais culturas de exportação do estado: soja e carne bovina, apresentando, em seguida, na seção cinco, o resultado da balança comercial tocaninense. A sexta e última seção é dedicada às considerações finais.

Síntese da Formação Econômica do Tocantins

Ao longo dos séculos XVI e XVII, por força do caráter litorâneo da colonização portuguesa e do florescimento da atividade açucareira, o antigo norte de Goiás², atual estado do Tocantins, não apresentava qualquer modalidade produtiva que não fosse a dos silvícolas nativos. Conforme pode ser observado na Figura 1, a localização do Tocantins no interior do Brasil criou barreiras ao processo de ocupação e desenvolvimento produtivo. Somente na primeira metade do século XVIII, em função do descobrimento do ouro em Goiás, a região do Tocantins passou a ser alvo de focos efetivos de colonização.

² A referência ao norte goiano ao longo de todo o texto deve ser entendida como indicativo do território que compreende o atual estado do Tocantins.

Figura 1 – Mapa de localização do estado do Tocantins

Fonte: Elaboração própria.

Com os primeiros achados em 1734, a mineração tocantinense teve vida efêmera. Segundo Parente (2007), além de predominar a exploração de ouro de aluvião, fazendo com que a população se locomovesse às margens dos rios em busca de novas descobertas, as técnicas rudimentares de exploração, a falta de braços para os trabalhos, as deficiências administrativas e os prolongados ataques da população indígena foram alguns dos fatores que contribuíram para a derrocada da atividade, comprometendo a efetiva ocupação do território.

Com o esgotamento das minas, a região do Tocantins experimentou um longo período de prostração, não obstante se desenvolvesse a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência. Essas atividades, no entanto, não foram capazes, naquele momento, de inserir o Tocantins na dinâmica agrícola e comercial brasileira. O que se verificou foi uma ocupação lenta da região, realizada cada vez mais por

criadores de gado provenientes do Maranhão, vinculando-a fragilmente aos centros comerciais do Norte e Nordeste do país (GUIMARÃES, INNOCENCIO, BRITO, 1984).

Em virtude deste “isolamento”, as transformações processadas na economia brasileira ao longo do século XIX e início do século XX não repercutiram sobre o desenvolvimento tocantinense. Assim, a passagem da economia colonial para uma economia mercantil-escravista e, posteriormente, para uma economia primário-exportadora capitalista não provocou mudanças relevantes nas relações socioeconômicas do estado. Tampouco o avanço da industrialização, na década de 1930, bem como as políticas de integração nacional, como o movimento *Marcha para o Oeste*, tiveram efeitos significativos sobre o território do Tocantins.

No final da década de 1940, um novo surto minerador, agora com o quartzo, amplamente utilizado na indústria bélica, provocaria um novo fluxo migratório para o estado, retirando do abandono algumas cidades do vale do Araguaia. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, entretanto, a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva voltariam a ser as atividades econômicas dominantes (SILVA, 1997).

O grande divisor de águas entre o processo de ocupação rarefeito e a moderna incorporação do Tocantins à dinâmica produtiva nacional ocorreu na segunda metade da década de 1950, com o Plano de Metas (1956-1961), cujo ápice foi a construção de Brasília e os vultosos investimentos federais em eletrificação, telecomunicações e estradas de rodagem que ligaram Goiás e Tocantins às diversas regiões brasileiras, ampliando a fronteira agrícola nacional e facilitando a integração intra e inter-regional do estado. Ainda que estas medidas beneficiassem sobremaneira o centro-sul goiano, em detrimento do norte, a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153), cortando o estado de Goiás no sentido longitudinal, em direção ao Pará, modificaria a configuração econômica e retiraria a região do Tocantins do isolamento em que se encontrava, convertendo-a em área de expansão da fronteira agrícola.

Intervenção estatal no processo de expansão da fronteira agrícola tocantinense

A expansão da fronteira agrícola no território tocantinense, conforme mencionado, teve início com a abertura da rodovia Belém-Brasília, que passou a atrair o fluxo de migrantes antes direcionado para as áreas dos rios Tocantins-

Araguaia, alterando o sentido “espontâneo” das frentes de expansão. A migração não mais ocorria como um extravasamento natural de atividades extensivas. Ao contrário, ela agora projetava a privatização da terra e a mercantilização generalizada da economia regional, ocorridas com o avanço da fronteira agrícola (FIGUEIREDO, 1989).

Como observa Estevam (1997), antes da BR-153, as cidades mais prósperas do norte goiano situavam-se ao longo do rio Tocantins, como Porto Nacional e Pedro Afonso; com a Belém-Brasília, o rio foi perdendo importância como fator de integração econômica, fazendo com que as cidades que não estivessem à margem da rodovia sofressem decréscimo populacional ou diminuição na taxa de crescimento. Ajarra *et al* (1991, p. 8) mencionam que:

Áreas até então fracamente ocupadas tiveram sua estrutura produtiva alterada afetando a composição da mão-de-obra empregada, como também absorvendo inovações diversas introduzidas por empreendimentos públicos e privados voltados para mercados extra-regionais já consolidados. Os antigos sistemas de roças, o extrativismo vegetal e a pecuária em sistema comunal foram sendo desmantelados, projetando a incorporação privada da terra pela expansão de grandes estabelecimentos rurais e a adoção do trabalho assalariado em substituição às formas tradicionais de relação de trabalho.

O apoio público foi fundamental para a articulação da região à dinâmica produtiva nacional. Além dos investimentos em infraestrutura de transportes, um conjunto de políticas tiveram rebatimentos econômicos e sociais sobre a estrutura urbana e ocupacional do estado (GUIMARÃES; LEME, 1998). Uma dessas medidas foi a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, que buscava dar suporte ao processo de modernização da agricultura, com utilização crescente de máquinas e insumos modernos, visando atender tanto a indústria nacional produtora desses bens quanto ao aumento da produção e da produtividade do setor, através da geração de excedentes agrícolas exportáveis.

Os programas federais de apoio às atividades agropecuárias, por sua vez, ofereciam incentivos fiscais e creditícios, com o propósito de atrair investidores nacionais e estrangeiros para a região. Dentre eles, podem ser citados o Programa de Redistribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial (PROTERRA), criado em 1971, que pretendia estabelecer uma política de regularização fundiária, privilegiando a implantação de projetos de “colonização empresarial” (projetos agropecuários, agroindustriais e minerais); o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), instituído em 1975, que atuou no meio-norte, região de

Gurupi, e tinha como objetivo propiciar a ocupação racional de áreas selecionadas dos cerrados, promovendo a expansão agropecuária através da mecanização agrícola e do florestamento-reflorestamento; e o Programa de Polos Agropecuários e Minerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), implantando em 1974, que atuou, principalmente, no extremo norte, na região de Araguaína, focalizando a infraestrutura rural através da melhoria das estradas vicinais e do aproveitamento integrado dos vales do Tocantins (BECKER, 1979).

Não se pode deixar de mencionar o Projeto Rio Formoso, implantado em Formoso do Araguaia, em 1979, com apoio financeiro do governo federal e recursos do governo do estado de Goiás e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujo propósito era expandir a fronteira agrícola, através da ocupação racional do vale do Araguaia, com a implantação de culturas irrigadas de grãos, especialmente o arroz e a soja, em uma área de aproximadamente 65 mil hectares (BARBOSA, 1996).

O projeto Rio Formoso pode ser considerado o marco inicial da expansão do agronegócio no Tocantins. Antes do projeto, predominava o cultivo de arroz no sistema de terras altas (ou arroz de sequeiro), as lavouras de subsistência, como milho e mandioca, e a criação extensiva de gado. A partir desta data, os municípios atendidos pelo projeto, dentre eles, Cristalândia, Dueré, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pium, passaram a produzir o arroz irrigado, aproveitando-se da rica bacia hidrográfica e da boa qualidade do solo presentes na região, o que possibilitava realizar duas safras diferentes de grãos por ano (arroz e soja), com elevados índices de produtividade agrícola por hectare de terra. Segundo Rodrigues (2013), o Projeto Rio Formoso tornou-se modelo a ser seguido e copiado por todo o médio Araguaia, por introduzir um novo sistema de produção até então desconhecido na região, garantindo alta produtividade através do uso da melhoria genética e da mecanização do processo de produção no campo.

Para Estevam (1997), os programas federais contribuíram para uma maior produção agrícola e efetivaram um padrão de ocupação das regiões fronteiriças altamente intensivo em capital. No entanto, conforme lembra Delgado (2001), essa modernização ocorreu em detrimento das alterações na estrutura fundiária, conservando (ou até mesmo reforçando) a desigualdade no campo e aumentando a degradação ambiental. Deste modo, a forte concentração da propriedade da terra retratou, em última instância, o caráter excludente das políticas articuladas pelo

Estado e canalizadas para a região, ao priorizar a grande propriedade e reservar para a massa de pequenos produtores as atividades de subsistência.

Panorama da agropecuária tocantinense

A produção agropecuária é uma das principais atividades econômicas do Tocantins, encontrada em praticamente todos os municípios do estado e em constante processo de modernização. Após a abertura da rodovia Belém-Brasília, dos programas de incentivos fiscais e do fomento à ocupação de terras a preços módicos, as culturas agrícolas comerciais ganharam impulso, promovendo a expansão e ocupação de várias áreas do estado.

A partir dos anos 1970, o desenvolvimento de uma agricultura comercial em algumas regiões do Tocantins significou a implantação do sistema de produção intensivo, utilizado principalmente na cultura do arroz, desde a década de 1980, mas também da soja, a partir do final dos anos 1990. Como pode ser observado na **Tabela 1**, no início da década de 1990, o arroz e o milho eram as principais culturas do Tocantins, respondendo por mais 80% da área plantada. Ao longo dos anos, a soja foi assumindo a liderança da produção estadual, provocando mudanças na composição dos produtos agrícolas.

Tabela 1 - TOCANTINS: participação das principais culturas temporárias em termos de área plantada, em hectares - 1990-2017

Produtos	1990	2000	2010	2017
Soja	30.120	57.919	352.875	842.160
Milho	76.500	58.625	83.229	226.619
Arroz	209.560	148.723	137.946	111.452
Cana-de-açúcar	5.980	3.590	10.803	37.268
Feijão	11.980	4.472	26.134	18.575
Mandioca	8.625	12.043	20.869	13.254
Sorgo	200	520	18.170	12.962
Melancia	673	2.235	3.416	7.913
Abacaxi	334	1.878	2.683	4.467
Algodão herbáceo	500	-	4.200	3.620
Total	344.584	290.097	664.195	1.278.462

Fonte: IBGE (2017b)

Houve, também, uma reintrodução do cultivo da cana-de-açúcar nos últimos anos, já que o estado apresenta uma das maiores produtividades do país, atrás apenas de São Paulo, levando à instalação de uma unidade da Bunge Açúcar e

Álcool no município de Pedro Afonso. Além disso, o milho vem apresentando crescimento constante desde 2001, uma vez que é plantado como cultura rotativa nas áreas de arroz e de soja.

Não obstante a expansão das últimas décadas, a produção agrícola tocantinense é bastante modesta quando comparada com a nacional. Com exceção do arroz, que ocupou a terceira posição no ranking nacional, em 2017, com 694 mil toneladas produzidas, e da melancia e do abacaxi, que ficaram na quinta posição, com 232 mil toneladas e 80 mil toneladas, respectivamente, as demais culturas apresentaram participação muito baixa. A soja contribuiu com apenas 2,1% da produção nacional, o milho, com 0,9% e a cana-de-açúcar, com 0,4%, conforme dados da Produção Agrícola Municipal, do IBGE.

Apesar das mudanças agrícolas, a estrutura agrária pouco se modificou. No período 1995-2017, a distribuição dos estabelecimentos agropecuários permaneceu concentrada, conforme dados da Tabela 2. Em 1995, os estabelecimentos com menos de 100 hectares representavam 44,3% das unidades produtivas e somente 5,4% da área total. Embora tenha havido aumento das duas categorias, em 2017, a taxa de crescimento dos estabelecimentos (3,6%) foi maior do que aquela verificada para a área (2,7%). Além disso, embora a participação percentual dos estabelecimentos com 1.000 hectares e mais tenha diminuído, seus valores absolutos, tanto em número quanto em área, apresentaram aumento no período 2006 a 2017, sinalizando uma nova tendência à concentração fundiária.

Tabela 2 - TOCANTINS: Grupo de área total - Área e estabelecimento - 1995-2017

Estratos	Estabelecimentos			Área		
	1995	2006	2017	1995	2006	2017
Menos de 10 ha	2.614	6.872	6.669	11.597	35.222	28.330
10 a menos de 100 ha	17.283	30.489	37.081	895.718	1.280.518	1.606.529
Menos de 100 ha	19.897	37.361	43.750	907.315	1.315.740	1.634.859
100 a menos de 1.000 ha	19.565	15.409	16.214	6.286.301	4.792.033	5.005.310
1.000 ha e mais	3.475	2.856	2.988	9.572.100	8.185.149	8.217.257
Total	44.913	56.567	62.952	16.765.716	14.292.923	14.857.426

Fonte: IBGE (1995; 2006; 2017a).

Esta alta concentração da estrutura agrária reflete, em grande medida, os processos e formas que presidiram a ocupação do território estadual. A presença de grandes estabelecimentos na fronteira agropecuária, impulsionados inicialmente pelas tradicionais fazendas de gado e pela recente expansão da soja, contrasta com

o domínio de pequenas propriedades de produtores posseiros, cuja produção familiar, basicamente de subsistência, historicamente ocupou as margens dos rios.

Aliás, o aumento da área e dos estabelecimentos com menos de 100 ha deve-se, em grande parte, à expansão da agricultura familiar. Como destacou Cano (2008), a partir dos anos 1990, a agricultura familiar no Brasil passou a ser melhor assistida, com programa especial de crédito (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf), dada a importância econômica e social que representa. Segundo dados do IBGE, em 2006, o Tocantins possuía 75,8% dos seus estabelecimentos (42.899 unidades) classificados como de agricultura familiar, ocupando 2.695.201 hectares (18,8% da área total). Por outro lado, a agricultura não familiar detinha 13.668 estabelecimentos (24,2%) e 11.597.721 hectares (81,2%).

Deve-se ressaltar que entre o Censo Agropecuário de 1995/1996 e o Censo Agropecuário de 2006 houve uma redução de 23.659.882 hectares na área total dos estabelecimentos brasileiros, dos quais 10,4% (2.472.793 ha) situavam-se no estado do Tocantins. Segundo o IBGE (2006), um dos motivos desta redução pode ter sido a criação, no período, de novas unidades de conservação e a demarcação de novas terras indígenas, diminuindo as áreas voltadas exclusivamente para as atividades agropecuárias. Não se pode deixar de considerar, também, o aumento da prática de adensamento de certas culturas e a forte elevação das produtividades, através da introjeção de progresso técnico. Em 2017, no entanto, a área destinada às atividades agropecuárias voltou a crescer cresceu (3,9%).

Tabela 3 - TOCANTINS: Utilização das terras - Área (ha) - 1995-2017

Categorias	1995	%	2006	%	2017	%
Lavouras Permanentes	22.528	0,1	99.335	0,7	172.006	1,2
Lavouras Temporárias	244.700	1,5	533.930	3,7	1.003.944	6,8
Lavouras - área para cultivo de flores	-		-		3.440	0,0
Pastagens Naturais	5.800.950	34,6	2.834.295	19,8	2.379.039	16,0
Pastagens Artificiais	5.277.206	31,5	5.223.134	36,5	6.019.023	40,5
Matas e Florestas Naturais	3.035.928	18,1	4.993.903	34,9	4.102.890	27,6
Matas e Florestas Plantadas	78	0,0	44.708	0,3	84.543	0,6
Total Área	16.765.716	100	14.292.923	100	14.857.426	100

Fonte: IBGE (1995; 2006; 2017a).

Nota: A categoria Total inclui a área dos estabelecimentos agropecuários em Outras utilizações das terras, terras produtivas não utilizadas, terras inaproveitáveis, sistemas agroflorestais e lâminas d'água.

Entre 1995 e 2017, a área destinada às lavouras quadruplicou, passando de 267 mil hectares para 1.179 mil hectares. Essa expansão foi decorrente principalmente do aumento da produção de grãos (soja, milho e arroz) e de cana-de-açúcar. A área usada para pastagens, por sua vez, caiu de 11,1 milhões para 8,4 milhões de hectares, com as pastagens artificiais (plantadas) superaram as pastagens naturais, indicando melhorias no sistema de produção (Tabela 3). Prova disso é que, mesmo com uma área menor, o número de bovinos saltou de 5,5 milhões, em 1995, para 8,7 milhões de cabeças, em 2017.

As principais culturas de exportação do Tocantins

Desde a sua origem, o Tocantins é um dos estados brasileiros com maior tradição na criação de bovinos de corte e tem expandido significativamente a produção de grãos, principalmente soja, de modo que a carne bovina e a soja representam mais de 95% de todas as exportações do estado. Essas atividades, no entanto, guardam peculiaridades, conforme veremos adiante.

Soja

A expansão do plantio da soja no Tocantins guarda estreita relação com os programas que visavam à ocupação do Cerrado com culturas de exportação, como o POLOCENTRO e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que tinha como objetivo estimular o desenvolvimento de tecnologias adequadas à produção de grãos (soja, milho e trigo) na região dos cerrados³.

A primeira fase do Programa – PRODECER I – ocorreu em 1979, numa área de 70 mil hectares, no estado de Minas Gerais. Diante dos resultados alcançados, em 1985 foi implementado o PRODECER II, incorporando uma área de 200 mil hectares e contemplando, além de Minas Gerais, os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia. A terceira fase do Programa – PRODECER III – teve

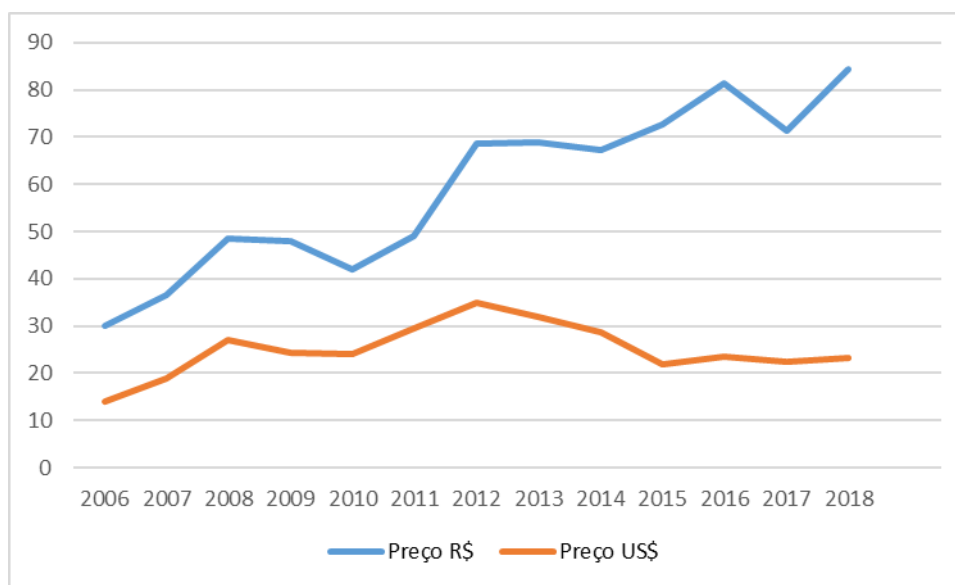
³ Sob coordenação do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e execução da Companhia de Produção Agrícola (CAMPO) – empresa de capital binacional criada para esse fim –, o PRODECER teve como agentes financiadores o Governo brasileiro, a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), a *Overseas Economic Cooperation Found* (OECF) e bancos privados japoneses. Uma análise mais detalhada pode ser encontrada em Osada (1999), Barbosa (1999) e Marouelli (2003).

início em 1995, estendendo-se aos estados do Tocantins e Maranhão, com a incorporação de cerca de 80 mil hectares (OSADA, 1999).

No Tocantins, o Programa foi implantado no município de Pedro Afonso, a 200 km de Palmas, com investimento de US\$ 70 milhões. O projeto consistiu na desapropriação de uma área de 43,6 mil ha que foram repassados a 40 produtores de soja (cerca de 1000 ha para cada colono). Além disso, o governo federal viabilizou a infraestrutura básica necessária à produção e ao escoamento da safra e o governo do estado avalizou em 50% o risco de sua implantação (BARBOSA, 1999). Como parte do projeto de cooperação, foi instalada no município uma unidade de secagem e armazenagem de grãos, com capacidade de armazenamento de 60.000 toneladas e de expedição de 120 toneladas/hora (MERCOESTE, 2006).

Estimulado pelo bom desempenho da soja no município de Pedro Afonso, bem como a proximidade com o porto de Balas, no sul do Maranhão, o governo do estado passou a incentivar a implementação de um novo projeto de desenvolvimento agrícola, voltado para o cultivo da soja, no município de Campos Lindos. Segundo Carvalho (1999), em 1998, foram desapropriados 105 mil hectares de terras, divididos em 43 lotes de 900 hectares e vendidos a empresas e cooperativas rurais. De acordo com a autora, diferentemente dos investimentos realizados no PRODECER III, os investimentos para o projeto de Campos Lindos foram de origem privada, ficando a cargo do governo estadual a infraestrutura viária e energética. A produção de Campos Lindos teve início em 1994, apresentando crescimento importante a partir de 2000 e tornando-se o maior produtor estadual de soja em 2005.

Com a implementação dos programas supracitados e com o aumento do preço desta *commodity* no mercado internacional, principalmente após 2010 (ver Gráfico 1), houve profunda expansão nos níveis de área plantada, produção e produtividade. Vale destacar que, nos últimos anos, outros elementos interferiram no aumento de preços e na maior demanda pelo grão brasileiro, dentre eles, o câmbio favorável, a quebra da produção argentina, em 2017, e os impasses comerciais entre China e EUA.

Gráfico 1 – Soja: Indicador da soja ESALQ/BM&FBOVESPA

Fonte: Cepea (2019)

A expansão da soja também está atrelada às mudanças tecnológicas do cultivo. Verifica-se o desenvolvimento de novas variedades de sementes, adaptadas às condições edafoclimáticas de cada região, o que contribui para elevar a produtividade e obter maiores rendimentos para o setor. Além disso, investimentos nas técnicas de manejo da cultura e em infraestrutura para escoamento da produção, como aqueles realizados para construção da Ferrovia Norte-Sul.

A título de ilustração, entre 2010 e 2017, a área plantada de soja no Tocantins aumentou 238%, passando de cerca de 352 mil hectares para mais de 842 mil hectares. A produção expandiu-se 243%, passando de 144 mil toneladas para 2.410 mil toneladas, com produtividade média em torno de 2,9 toneladas por hectare, em 2017. A expansão da lavoura foi incorporando cada vez mais municípios, criando uma nova hierarquia na produção tocantinense. Em 2000, Pedro Afonso representava, sozinho, 43,2% da produção estadual. Em 2017, ocupava a 21ª colocação, decorrente da queda da produção e do aumento da cultura da cana, no município. Os dez principais municípios produtores representavam 43,6% de toda a soja tocantinense (Tabela 4), com importante contribuição para o desenvolvimento da fronteira agrícola intitulada de MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

Tabela 4 - TOCANTINS: principais municípios produtores de soja - 2017

Município	Área plantada (Ha)	Quant. produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor da produção (R\$ 1.000)
Peixe	50.000	148.890	2.978	134.476
Campos Lindos	40.500	128.790	3.180	113.902
Lagoa da Confusão	40.128	121.432	3.026	124.079
Mateiros	43.000	120.400	2.800	120.460
Porto Nacional	41.000	118.900	2.900	120.077
Santa Rosa do Tocantins	36.000	103.680	2.880	102.902
Caseara	32.361	90.611	2.800	90.611
Monte do Carmo	31.500	85.050	2.700	85.892
Alvorada	24.267	71.000	2.926	64.120
Figueirópolis	21.500	63.000	2.930	56.895
Tocantins	842.160	2.410.207	2.862	2.283.976

Fonte: IBGE (2017b)

Pecuária de corte

As pastagens ocupam a maior parcela do território tocantinense, com 56,5% do total da área produtiva. A criação de gado bovino aparece como a principal atividade agropecuária do estado, com 92,8% do rebanho animal. Também é expressiva a produção de galináceos, com quase 9 milhões de aves. Em 2017, o Tocantins contava com mais de 8 milhões de hectares de pastagens e com um rebanho de quase 9 milhões de cabeças de bovinos (Tabela 5), com elevada participação das raças GYR, para corte e leite, e Nelore, para corte.

Tabela 5 - TOCANTINS: Efetivo dos rebanhos por tipo (cabeças) - 1990-2017

Tipo de rebanho	1990	2000	2010	2017
Bovino	4.309.160	6.142.096	7.994.200	8.738.477
Bubalino	17.885	17.063	9.280	6.059
Equino	152.430	150.566	171.545	195.328
Suíno - total	531.440	246.477	266.040	311.667
Ovino	43.350	51.857	108.062	139.829
Caprino	42.580	20.129	25.167	27.986
Galináceos - total	2.982.510	2.828.099	4.155.994	8.920.806

Fonte: IBGE (2017b)

A quase totalidade do efetivo animal é criada com a finalidade de corte (94,1%, em 2017), compreendendo as atividades de cria, recria, engorda ou a combinação delas. Apenas uma pequena parcela, aproximadamente 546 mil cabeças, foi destinada à produção de leite (IBGE, 2017 – Pesquisa Pecuária

Municipal). Embora sejam constatadas melhorias no sistema criatório, dentre elas a maior utilização de pastagens artificiais, melhoramento genético em algumas localidades e aprimoramento das técnicas de manejo, a pecuária tocantinense ainda é predominantemente extensiva. Tal prática é devida à existência de grandes extensões de terras propícias às pastagens e aos maiores custos envolvidos no confinamento dos animais, que além de investimentos em instalação, exigiria gastos adicionais com a suplementação alimentar.

Vale destacar que a pecuária é um dos elos da cadeia produtiva da carne bovina, um dos principais produtos de exportação do estado. Segundo Rodrigues et al. (2009), o segmento é composto pela atividade de criação, pelo abate e processamento, realizado em abatedouros/matadouros que atendem as demandas locais; em frigoríficos com Sistema de Inspeção Estadual (SIE), cuja principal demanda é nacional e regional; e os frigoríficos com Sistema de Inspeção Federal (SIF), considerados mais modernos e voltados para a demanda nacional e de exportação. Em 2018, o estado contava com nove frigoríficos de inspeção federal.

Além do controle com a qualidade do produto, já que o Tocantins é uma área livre de febre aftosa, segundo Dall'agnol et al. (2017), a previsão e a garantia de preços altos no mercado de carne mundial, aliadas ao baixo risco de perdas em contratos, vêm fomentando positivamente as exportações de carne bovina. Ademais, a região possui boa logística, apesar das constantes reivindicações dos produtores, já que conta com uma malha rodoviária integrada, uma malha ferroviária, através da ferrovia Norte-Sul e projetos de hidrovias Tocantins-Araguaia e de integração com a ferrovia Transnordestina, favorecendo as atividades de exportação.

Resultados da Balança Comercial tocantinense

Até os anos 2000, a balança comercial tocantinense era deficitária, com uma pauta de exportação bastante restrita. A partir daí, verificou-se uma expansão no volume de exportações, em decorrência das melhorias no sistema criatório, bem como o desenvolvimento da produção de grãos e da maior demanda por esses produtos no mercado internacional.

O desempenho das exportações tocantinenses mostrou-se favorável a partir de 2003, quando se expandiram acima das importações, alcançando em 2018, um valor de US\$ 1.199 milhões. Seu crescimento ocorreu a uma expressiva taxa média anual de 31,8%, entre 2000 e 2018, enquanto o volume de importações crescia a

taxas de 17% ao ano. Vale lembrar que essas taxas de crescimento deveram-se à inexpressiva base em que se assentavam as transações internacionais tocantinenses. Ainda assim, em decorrência desse desempenho favorável o estado acumulou entre 2000 e 2018 um superávit de 5.853 milhões de dólares (Tabela 6).

Tabela 6 - TOCANTINS: Balança Comercial - 1997-2018 – US\$ 1.000 (FOB)

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1997	9.797	32.391	-22.593
2000	8.310	13.689	-5.378
2005	152.424	13.375	139.049
2010	343.922	239.987	103.935
2015	901.268	143.078	758.189
2018	1.199.882	229.494	970.387

Fonte: MDIC (2019).

Além do aumento do volume exportado, houve modificações nos produtos vendidos. Na década de 1990, os poucos produtos exportados estavam restritos a artigos de madeira, couro e alguns minerais encontrados na região. A partir de 2000, a soja assumiu a dianteira das exportações tocantinenses, cujos principais destinos em 2018 foram a China (80,8%), Espanha (6%), Tailândia (3,3%) e Japão (2,6%). O segundo lugar foi ocupado pela carne bovina, dada a instalação de alguns frigoríficos no estado, sendo os maiores compradores Hong Kong (46,7%), Egito (15%), Arábia Saudita (4,4%) e Líbia (4,3%). Assim, esses dois produtos totalizaram mais de 95% das exportações estaduais (Tabela 7), mostrando que a pauta de exportações tocantinenses ainda é bastante concentrada, refletindo a dinâmica da economia estadual como um todo.

Tabela 7 - Tocantins: Principais produtos exportados - 1997-2018 (%)

Produto	1997	2000	2005	2010	2015	2018
Soja em grãos ou triturada	27,9	45,3	89,4	74,9	67,4	82,8
Carnes bovina congelada	0,0	1,4	5,5	20,9	14,1	7,6
Produtos da extração do óleo de soja	0,0	0,0	0,0	0,0	4,5	3,3
Carne bovina - fresca ou refrigerada	0,0	0,0	1,1	1,7	1,8	2,2
Milho	0,0	0,0	0,0	0,0	8,4	1,2
Miudezas comestíveis de animais	0,0	7,8	1,8	1,0	1,3	1,0
Couros e peles curtidos	25,6	0,3	0,4	0,0	1,5	0,2
Ouro bruto, semimanufaturado ou em pó	44,7	44,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	1,8	0,6	1,9	1,5	1,2	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MDIC (2019).

Considerações Finais

Até a primeira metade do século XX, a economia tocaninense apresentou frágeis ligações com as demais regiões brasileiras. Em 1950, a densidade demográfica da região era de 0,74 habitantes por quilômetro quadrado e as vias de comunicação e transporte eram precárias, dependendo quase que exclusivamente da navegação fluvial para estabelecer contato com outras regiões.

A dificuldade de acesso e a distância dos principais mercados consumidores e produtores de bens e serviços dificultavam o desenvolvimento de uma agricultura comercial, relegando as atividades produtivas a uma agricultura de subsistência e, secundariamente, de comercialização de excedentes. Com isso, a evolução das atividades econômicas ocorria basicamente de maneira espontânea, através da ocupação de terras por pequenos produtores e posseiros, ainda que já se verificasse a existência de pecuaristas que exploravam grandes extensões de terras, mas longe de serem considerados grandes empreendedores.

Dados esses elementos, pode-se dizer que até este período o Tocantins apresentava um processo de colonização semelhante às frentes de expansão, teorizadas por Martins (1997), cujas principais características eram as incipientes relações capitalistas de produção que se verificavam. A partir da segunda metade dos anos 1950, no entanto, o estado apresentou profundas transformações na organização do seu espaço geográfico. A construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília concorreram para minimizar um dos principais problemas enfrentados pelo Tocantins, o isolamento, criando condições para um novo movimento migratório.

Aportaram na região pecuaristas e grupos industriais do centro-sul e do exterior interessados na valorização das terras, principalmente às margens da rodovia, contribuindo para a articulação da economia regional à dinâmica produtiva nacional. Pode-se dizer que este foi o período em que avançaram as frentes pioneiras, assinalando a efetiva penetração das forças capitalistas no estado.

Esse movimento prosseguiu ao longo da década de 1970, transformando as áreas de expansão da fronteira agrícola, através da tecnificação da lavoura e da pecuária, bem como reforçando o caráter especulativo de grandes extensões de terras deixadas ociosas. Assim, se por um lado, a expansão da fronteira agrícola representou a integração produtiva da economia tocaninense, por outro, acirrou as

contradições sociais, uma vez que a falta do título de propriedade das terras facilitou todo tipo de especulação e de práticas ilegais (grilagem), em diversas regiões do estado, contribuindo, ainda mais, para o processo de concentração fundiária.

Desde a década de 1980, porém, mais intensamente a partir do final dos anos 1990, o espaço agrícola tocantinense tem passado por um processo de reestruturação, abrigando principalmente *commodities* de exportação, como a soja; a cana-de-açúcar para a produção de álcool; o arroz para o abastecimento do mercado interno; e a tradicional pecuária extensiva, agora mais tecnificada.

No que diz respeito, especificamente, aos dois produtos de exportação, a soja ganhou novo impulso a partir de 2003, em virtude do *boom* dos preços das *commodities* no cenário internacional, em parte decorrente da demanda chinesa, mas também pela maior disponibilidade de recursos do BNDES para o setor agroindustrial. A carne bovina também experimentou grande ampliação, com melhorias no processo de criação, abate e exportação. No entanto, o Tocantins ainda carece de maior volume de frigoríficos certificados, já que o estado não consegue abater a totalidade do rebanho, transferindo parte desta atividade para outros estados, diminuindo sua participação nas exportações do país.

Por fim, não há dúvidas de que esses dois produtos são os que mais contribuem, individualmente, para a geração de riqueza do estado. No entanto, suas dinâmicas produtivas, de grande concentração da propriedade e da renda, de degradação do meio ambiente, seja pela compactação do solo, no caso dos bovinos, seja pela demanda de águas e pelo intenso uso de defensivos, no caso da soja, sugerem que outras atividades voltadas para as pequenas e médias propriedades sejam estimuladas no estado. As perspectivas, no entanto, não são alvissareiras, pois as atividades que mais têm crescido são a produção de cana-de-açúcar e de milho, igualmente concentradora de terras e voltadas para exportação.

Referências

- AJARRA, César *et. al.* O estado do Tocantins: reinterpretção de um estado de fronteira. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, vol. 53, n. 4, pp. 5-48, out./dez., 1991.
- BARBOSA, Yçarim Melgaço. **Conflitos sociais na fronteira amazônica: Projeto Rio Formoso**. São Paulo: Papirus, Goiânia: Elegê, 1996.

BARBOSA, Yçarim Melgaço. **As políticas territoriais e a criação do estado do Tocantins**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BECKER, Bertha K. Política regional e mobilidade populacional numa fronteira de recursos do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, p. 146-168, out/dez, 1979.

CANO, Wilson. **Desconcentração produtiva regional do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

CARVALHO, Renata. A Amazônia rumo ao “ciclo da soja”. **Amazônia Papers** 2, Amigos da Terra. Programa Amazônia, ano 1, set., 1999.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Preços Agropecuários**. Esalq/USP. Disponível em <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/soja.aspx>. Acesso em 20 jan. 2019.

DALL’AGNOL, Mateus *et al.* Gestão integrada em sistemas de produção de carne: Práticas, perspectivas e desafios no estado do Tocantins. **Revista Espacios**. Caracas, v. 38, n. 22, 2017.

DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização agropecuária no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo: IEA/USP, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001.

ESTEVAM, Luís Antônio. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. 1997. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1997.

FIGUEIREDO, Adma Hamam. Alguns questionamentos acerca da organização do espaço na nova unidade da federação: o estado do Tocantins. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 173-177, abr./jun., 1989.

GUIMARÃES, Luiz Sérgio Pires; INNOCENCIO, Ney Rodrigues; BRITO, Sebastiana Rodrigues de. Organização agrária e marginalidade rural na Médio Tocantins-Araguaia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 227-361, abr./jun., 1984.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; LEME, Heládio José de Campos. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: HOGAN, Daniel *et al* (org.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos de População: PRONEX, 2002.

IBGE. **Censo Agropecuário**. 1995. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>. Acesso em: 01 dez. 2018.

IBGE. **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 01 dez. 2018.

IBGE. **Censo Agropecuária**. 2017a. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 15 dez. 2018.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2017b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 05 jan. 2019.

- IBGE. **Produção Pecuária Municipal**. 2017c. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2017>. Acesso em 10 jan. 2019.
- MARQUELLI, Rodrigo Pedrosa. **O desenvolvimento sustentável da agricultura no cerrado brasileiro**. 2003. Monografia (Especialização Lato Sensu em Gestão Sustentável da Agricultura Irrigável). Fundação Getúlio Vargas, Brasília, 2003. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Desenvolvimento_sustentavel_agricultura_cerradoID-UkZstU83ek.pdf. Acesso em: 15 dez. 2018.
- MDIC. Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior. **Estatísticas de Comércio Exterior**. 2019. Disponível em <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 28 jan. 2019.
- MERCOESTE. **Projeto Estratégico Regional da FIETO**. Perfil Competitivo – Estado do Tocantins. Federação das Indústrias do Estado do Tocantins, 2006.
- OSADA, Neide Mayumi. **PRODECER: Projetos no cerrado e dívidas agrícolas. Carta Asiática**. In: Carta Asiática. São Paulo: USP, agosto, 1999.
- PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins colonial**. Goiânia: Editora da UFG, 2007.
- RODRIGUES, Daniel Bartkus. **O Projeto Rio Formoso e a reprodução ampliada do capital no entorno da Ilha do Bananal: concentração da riqueza, exclusão e resistência**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2013.
- RODRIGUES, Waldecy et. al. Competitividade da cadeia produtiva da carne bovina no estado do Tocantins. **Pesquisa Agropecuária Tropical**. 2009. Disponível em <https://www.redalyc.org/html/2530/253020159004/>. Acesso em 28 jan. 2019.
- SILVA, Otávio Barros da. **Breve história do Tocantins e de sua gente: uma luta secular**. Araguaína/TO: Solo Editores, 1997.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Cid Olival Feitosa - Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO –

Recebido em: 01-02-2019

Aprovado em: 12-03-2019